

ICAPUÍ E A ESCOLA PÚBLICA

Maria Matias da Silva^(*)

RESUMO: Este texto apresenta a experiência da Escola Pública de Icapuí. Os resultados que vêm sendo obtidos demonstram que é possível, na prática, reverter o quadro de sucateamento das nossas escolas. Essa recuperação vem envolvendo uma multiplicidade de fatores que perpassam desde o projeto mais amplo de sociedade às condições e capacidade da rede física, favorecimento do acesso à cultura em geral, incluindo formação, estímulo profissional, até a implantação de mecanismos de gestão educacional democrática. Por fim, o texto traz algumas considerações buscando contribuir no processo de discussão e avaliação dessa escola, que tenta se abrir para responder às atuais exigências da sua realidade.

0. Introdução

Tornar conhecida a história da Escola Pública de Icapuí e o processo de resgate que a envolve é o principal objetivo deste trabalho. Pode-se observar que os “passos educacionais” que se vêm dando nutrem-se no pensamento que fundamenta o projeto de sociedade que os administradores de Icapuí buscam implantar. E, ao conhecer um pouco da vida do “pequeno mundo” de Icapuí, certamente se compreende melhor o porquê deste texto.

A experiência da Escola Pública de Icapuí e os resultados que vêm sendo obtidos demonstram que é possível, na prática, reverter essa tendência de sucateamento da escola pública por esquemas de grupos oligárquicos. Porém, para tanto, faz-se necessário muito trabalho e uma concepção do significado desta escola e de sua finalidade, para assim, enfrentar as resistências político-conservadoras.

Icapuí mostra ainda que não é possível fazer brotar experiências educacionais sem que se faça uma profunda reorganização do sistema escolar, sendo esta iniciada pelo local de trabalho — entendido aqui, como local onde se dão os vários confrontos de relações, como por exemplo: entre professor-aluno, professor-secretário, professor-diretor e vice-versa.

^(*) Aluna do Mestrado em Educação da UFPE

Assim, a trajetória dessa escola vem suscitando novos desafios e também permitindo avaliações e considerações que podem contribuir para seu avançar respondendo cada vez melhor exigências atuais.

1. Um pouco da história de Icapuí e da sua escola

A história e a existência da escola de Icapuí no Ceará relaciona-se com outras tantas histórias, nelas tornando-se vida e materializando-se. Refere-se aqui à história de todos os setores do povo desta pequena cidade que, através de suas organizações, vem buscando construir a escola que lhe é necessária.

Como a escola em Icapuí não se dá de forma isolada, faz-se importante, para melhor compreendê-la, que se tenha uma visão do mundo que a envolve.

CANOVA VELOZ é o significado do termo Icapuí, município que apresenta 65 km de lindas praias, com falésias, dunas e coqueirais. Localiza-se no litoral leste do Estado do Ceará, a 208 km de Fortaleza. Ao todo soma uma área de 406 km, com aproximadamente 13.700 habitantes, distribuídos em 22 comunidades.

Icapuí era um antigo distrito pertencente a Aracati-CE, principal cidade da região do Baixo Jaguaribe. Tornou-se município em 1985, graças a um grupo de vanguarda de tendência política do PMDB, que foi o responsável de organizar e dirigir o movimento emancipacionista, cuja principal bandeira de luta era a instalação, no poder municipal, de um administrador que viesse de fato a priorizar a educação. Esse movimento assumiu também abertamente o confronto com as oligarquias locais, tentando neutralizar e quebrar a tradicional “política de mando”. Realizadas as eleições para prefeito, estas foram favoráveis aos emancipacionistas. Vale ressaltar que a primeira gestão administrativa foi marcada por dois momentos: inicialmente em 1986, como gestão do PMDB e, a partir de 1987, como do PT, que permanece no poder até os dias atuais.

O projeto que gestou Icapuí foi e continua sendo bem maior que a ganância de uma minoria inconformada de perder o “reinado”. O texto a seguir, proferido pelo atual prefeito revela, de certa forma, o “espírito” que vem animando os responsáveis mais diretamente pela administração:

“Fazer, mesmo em tempos difíceis. O Brasil atravessa talvez a maior crise de sua história. É a crise econômica achatando os salários e colocando milhares de brasileiros no desemprego (...) Mas, apesar de tudo, é preciso lutar. É preciso fazer. Fazer brotar a esperança, arrancar do fundo do poço o combustível impulsionador dos sonhos, da alegria.”

*Esperança na construção de um futuro melhor,
mais humano e fraterno. Um futuro onde o ser
humano possa crescer e compreender melhor a
sua realidade para poder transformá-la.
E, apesar de tudo, Icapuí está fazendo”.*

(Jornal ICAPUÍ, jun. 1993)

Assim, os administradores vêm partindo do pressuposto de que a gestão da “causa pública” implica, necessariamente, situá-la num contexto político-social em que a busca do exercitar a democracia torna-se o princípio norteador de todas as ações.

A realidade econômica de Icapuí, mesmo apresentando algumas especificidades, como os demais municípios do Nordeste e do resto do país, também enfrenta uma situação de crise.

Dois aspectos distinguem a economia do município: de um lado, as atividades relacionadas à agricultura, pecuária e pesca e, de outro, as atividades concernentes à extração do sal e do petróleo. Icapuí é a única cidade do Ceará que explora petróleo em terra firme. Produz ainda o coco e o caju.

Com o objetivo de criar alternativas no sentido de gerar mais trabalho e renda, bem como explorar as potencialidades econômicas do município, a atual gestão vem desenvolvendo atividades voltadas para o associativismo, em que incentiva o surgimento de cooperativas de produtores. Um outro salto que vem dando a economia de Icapuí diz respeito à implantação em breve de mini-indústrias: uma de beneficiamento do côco para a produção do óleo, suco e sabão. E uma outra do caju, que terá capacidade de fabricar cerca de 300 kg de doce diariamente, além de produzir mel e cajuína.

No que diz respeito à implantação das políticas sociais, percebe-se uma articulação entre as instâncias do poder municipal e as entidades civis organizadas. Essas políticas têm buscado atender às necessidades conforme uma escala social de prioridades, levando em consideração as especificidades que caracterizam a estrutura econômica, política e social.

De fundamental para os administradores de Icapuí tem sido a regulamentação dos conselhos municipais com caráter deliberativo e representativo dos diversos segmentos organizados, assim como a implantação de fundos específicos por setor de atividade.

Os conselhos funcionam como fóruns privilegiados de discussão da problemática municipal, considerando que há uma maior representatividade em sua composição. São responsáveis, por exemplo, pela definição e acompanhamento dos planos, planejamento e controle dos fundos

correspondentes a cada setor, assim como por uma série de outras ações próprias às esferas de atividades existentes. Cada setor estimula formas específicas de organização, funcionando como uma espécie de colegiado intermediário — os conselhos de escolas, as comissões de diretores, as comissões de saúde, dentre outras.

As estruturas locais, como as comissões e os agentes de saúde, que desempenham sua ação na própria área, embora integrados por uma rede de contatos com os núcleos locais e a sede, são mecanismos que fortalecem o processo de descentralização do poder. As associações de moradores, as associações culturais, a colônia de pescadores, os sindicatos, a igreja, os grupos de produção, dentre outros, são instâncias organizativas que se integram à estrutura administrativa como representantes nos órgãos colegiados.

Em Icapuí as contas da prefeitura são expostas publicamente ao exame de todos no centro da cidade. Este é mais um dado do grau de transparência administrativa. “Tudo às claras, transparente como as águas do mar”, como diz um dos jornais informativos da cidade).

“Educação e Saúde para todos” foi sempre a bandeira mais levantada, o que permitiu Icapuí de ser agraciada com o prêmio CRIANÇA E PAZ - Educação - 1991, concedido pela UNICEF, atribuído anualmente a personalidades e instituições que se destacam na luta em defesa dos direitos da criança. Esse prêmio constitui honraria inédita entre as prefeituras brasileiras, pelo fato de conseguir atrair para a escola todas as crianças de 7 a 11 anos residentes no município. E, para todos os que queiram, há hoje, matrícula garantida até o término do 2º grau.

2. O processo de recuperação da escola pública de Icapuí

A educação em Icapuí recebe uma atenção especial, por ser considerada uma das necessidades mais reclamadas pela população e entendida como um instrumento de viabilização do acesso às mais diversas formas de conhecimento e de capacidade de reflexão crítica, indispensáveis à condição de cidadania, e ainda como um dos caminhos para conduzir a uma mudança da situação de miséria. E na concepção dos dirigentes municipais, a “realidade só é transformada através da conscientização pela educação”.

Não se pode esquecer que Icapuí é ainda uma “criança”. E que transformações educacionais não se dão da noite para o dia. Reverter uma escola pública, caracterizada pelo descaso das autoridades e ainda por outro lado, profundamente marcada por padrões tradicionais, supõe, antes de tudo, a existência de um projeto mais amplo de sociedade, o que significa pensar a escola a partir mesmo de sua realidade.

Dessa compreensão e da certeza de que era possível recuperar a escola pública, pela e para a maioria da população que se encontrava excluída do seu acesso, foi que os novos dirigentes se puseram em “marcha”.

Antes da emancipação de Icapuí, período anterior a 1986, o seu sistema de ensino era constituído somente de 09 unidades educacionais, funcionando precariamente. Não existia planejamento pedagógico nem administrativo. O ensino contava com 700 alunos para 28 professores. A maioria das escolas localizava-se na área urbana do município. A forma “espontaneísta” fazia-se presente no cotidiano e nas relações entre professores e diretores. O único veículo de comunicação entre a escola e a comunidade eram as reuniões de pais e mestres para assinatura de boletins.

Resumindo mais ainda, essa foi a herança recebida: falta de prédios escolares; ausência de recursos mínimos para o trabalho educacional (cadeiras, livros didáticos, mapas...); déficit de professores; autoritarismo nas relações internas das escolas; processos arcaicos de trabalho; mau uso dos recursos e, o mais grave, o uso fisiológico do sistema escolar como instrumento de distribuição de “benesses” e favores entre amigos e comparsas do poder. As vagas para as escolas eram destinadas prioritariamente a cabos eleitorais que distribuíam cartões com autorizações de matrículas àqueles que se comprometessem a pertencer ao esquema oligárquico.

Realmente para reverter todo esse quadro fazia-se necessário muito trabalho, persistência e sobretudo um projeto para enfrentar as resistências político-conservadoras. Tratava-se de reaver dezenas de anos de abandono da escola pública, reestruturando o sistema municipal de educação para absorver de imediato toda demanda para o ensino fundamental dos seis anos de idade, ou melhor, da alfabetização ao 1º grau completo — 8ª série, e ainda enfrentar a questão do analfabetismo e pensar na implantação do 2º grau.

O pressuposto básico para iniciar o trabalho pedagógico, no entendimento dos dirigentes, era exatamente propiciar o envolvimento dos moradores nas decisões a serem tomadas. Havia a compreensão de que a gestão do sistema escolar inclui uma série de medidas que passam necessariamente pelas condições físicas favoráveis ao acesso de forma ampla à cultura, incluindo estímulo profissional e salário digno para os trabalhadores da área. Não se tratava aqui de pretensão, por parte desses dirigentes, de serem elementos “redentores” dos problemas educacionais, até mesmo porque não havia aquela preocupação em trazer prontas alterações curriculares, nem muito menos introduzir “modismos” e “experimentalismos pedagógicos”, como é prática rotineira nas escolas públicas.

Todo o esforço administrativo deveria convergir para um único objetivo: “A ESCOLA TERIA QUE SER UMA CONSTRUÇÃO COMUNITÁRIA”. A defesa e a implantação de uma gestão democrática tornaram-se fatores importantes para a recuperação da escola. Havia, assim, uma esperança de que o próprio povo se tornasse o responsável maior pela qualidade da escola, quando através de mecanismos diversos de planejamento teria o seu controle com o poder de decisão na construção de seus orçamentos e metas, como também fazendo o acompanhamento do cotidiano escolar.

Analisando estas primeiras medidas, percebe-se que elas refletem muita determinação e vontade de acertar na forma de melhor definir os princípios norteadores de toda a política educacional a ser levada à frente. Como medida conseqüente foi feito o repasse dos 25% da receita arrecadada, o que contribuiu para a efetivação de uma rede física com capacidade de atender à demanda. Claro que foram também de início utilizados espaços alternativos: casas desocupadas e salões paroquiais. Para termos uma idéia, em 1986, o ano letivo foi iniciado com apenas 16 salas de aulas e no seu término já contava com 38. Para atender à alta demanda de analfabetos fora de faixa foram criados os Círculos de Cultura.

Pela primeira vez, Icapuí recebe de uma administração uma atenção e um cuidado especial para com a educação. As medidas adotadas desde o início fornecem elementos que favorecem o resgate do verdadeiro significado da escola pública, onde sobressai no seu interior, o coletivo.

Na medida em que os dirigentes decidem fazer uma escola em que a comunidade a planeja e a discute, inclusive escolhendo, num primeiro momento, os seus trabalhadores obedecendo a certos critérios e consegue fazer com que esses trabalhadores, na sua grande maioria, engajados noutros movimentos, permaneçam reunidos na escola, não só durante a hora de ministrar aula, mas em outros momentos também, tais dirigentes estão propiciando a transformação do cotidiano da escola pública e conferindo-lhe uma real configuração como local de trabalho. O “novo” que vem brotando na escola de Icapuí certamente se deve à natureza dessa escola, pois é esse “juntar” no local de trabalho que vem permitindo a viabilização do projeto político-pedagógico. Assim, o trabalhador da escola, comprometido com a comunidade que o escolheu, não é um ausente, une-se aos outros trabalhadores, sabendo que, sem a sua presença, o projeto educacional não se efetivará.

A escola, configurada como local de trabalho, não significa um “gueto”, onde os seus trabalhadores se fecham sobre si mesmos. Pelo contrário, ao conviverem com os problemas do dia-a-dia escolar, procuram enfrentá-los. Vale

ressaltar que as relações ocorridas na escola, envolvem muitos conflitos, o que não impede de gerar resultados positivos.

Não se pode afirmar que todos os trabalhadores da escola pública de Icapuí assumem conscientemente seu fazer pedagógico, mas se percebe um grupo significativo que procura fazer essa escola com convicção, esperança e buscando capacitação para melhor atuar.

3. Algumas considerações

A prática escolar de Icapuí vem demonstrando de forma efetiva, que a escola pública pode, sim, ser resgatada. Observa-se pela experiência descrita que essa recuperação vem envolvendo uma multiplicidade de fatores que perpassam desde o projeto mais amplo de sociedade às condições e capacidade da rede física, favorecimento do acesso à cultura em geral, incluindo aqui, formação, estímulo profissional, até a implantação de uma gestão educacional democrática.

A opção em se ressaltar mais as marcas de positividade da escola apresentada, causando até a impressão de “escola paradisíaca”, não quer significar que se esteja negando a existência de dificuldades e contradições no seu interior. Na realidade, constata-se nessa escola que os conflitos surgem até com mais freqüência em decorrência mesmo do processo que se dá de discussão e avaliação sistemática em relação aos procedimentos pedagógicos e seus problemas.

O relato dessa experiência é também uma tentativa de se romper um pouco com o vício que se tem de tendência mais para o coletar de manchetes educacionais com seus cenários de calamidades e choros que mais servem para informar do que provocar algum tipo de transformação. Acostumamo-nos ao recurso de estatísticas que revelam a crise da educação e sempre nos espantamos com os percentuais constatados referentes aos fenômenos da repetência, evasão escolar, índice de rendimento e analfabetismo.

E nesse sentido, o estágio a que conseguiu chegar a escola de Icapuí, considerando aqui seus avanços ao expandir a rede escolar, desencadear um processo de valorização da escola pública e conseguir criar alguns mecanismos de participação da comunidade, fornece muitos elementos para avaliação e críticas, fazendo também suscitar questões importantes que apontam para novos horizontes. E, portanto, não se pode concluir este texto sem levantar algumas questões relevantes para ampliar as discussões dessa escola que se faz em Icapuí.

Em primeiro lugar, coloca-se a preocupação com a continuidade e sustentação das políticas educacionais perguntando-se: os mecanismos próprios

de sustentação do sistema escolar encontram-se de tal forma consolidados que sejam capazes de evitar interrupções das políticas e dos projetos educacionais em andamento, caso ocorra uma mudança de dirigentes com interesses divergentes dos atuais? A escola de Icapuí deve estar preparada para essa rotatividade, de maneira que a disposição para trabalhar, melhorar e avançar nas formas de ensino e de gestão não sofram abalos.

Um outro ponto que se ressalta diz respeito ao desafio de responder às novas exigências históricas, tendo em vista que se enfrenta a partir da evolução das forças produtivas, problemas novos que se apresentam e que implicam novas relações de produção e essas não se dão sem que não ocorram também mudanças nas relações sociais. Não se pode deixar de considerar que o atual modelo de industrialização requer níveis cada vez mais elevados de educação, formação profissional e capacidade intelectual de força de trabalho. Considerando-se essa realidade, como a escola de Icapuí vem repensando “novos” caminhos?

Ao se colocar essas reflexões não se tem a pretensão de omitir também outras questões que merecem atenção especial, como por exemplo, a manutenção dos alunos na escola com o objetivo de elevar o nível da formação. Esse problema envolve a qualidade de ensino, como condição para se responder as exigências da própria realidade local. Ainda se colocando como essencial, a necessidade de qualificação adequada dos professores e de sua valorização profissional.

4. REFERÊNCIAS

- FRANCO, Luiz Antônio de C. A Escola do Trabalho e o Trabalho da Escola. 3. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991 (Coleção polêmicas do nosso tempo, v. 22).
- GOMES, Augusto J. Universalização do Ensino em Icapuí - Sistematização da experiência. Icapuí, 1991. (MIMEO)
- LIMA, Maria Cláudia Nogueira de. As Políticas Sociais na Experiência de Icapuí. Fortaleza. 1992. (MIMEO)
- LOIOLA, Francisco Antônio. Padrões de Gestão ao Nível das Escolas e dos Sistemas Municipais de Ensino. O caso de Icapuí - CE XI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste. Jul. 1993.
- KUENZER, Acácia Zeneida (coord.) et alii. Planejamento e educação no Brasil - São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990. (Coleção polêmicas do nosso tempo, v. 37).